Dezembro-2015
Informativo
ANO I - Nº 4

FÓRUM INTERSINDICAL SAÚDE – TRABALHO – DIREITO

COORDENAÇÃO DESTA EDIÇÃO DIHS/ENSP/FIOCRUZ - PROJETOS ENSP 041- FIO-14, ENSP 006-FIO-15.

Informação em Saúde do Trabalhador – para que serve se não for para mudar a realidade?

Nesta edição

Editorial – Informação em saúde do trabalhador...	1
Entrevista – Gláucia Ieno e Teresa Mitsunaga	2-4
Artigo do mês – Diego de Oliveira Souza	5
Perfil – Mazola B. Lima – Sindic. Bancários	6
Informes	7

Editorial

Todos os anos são milhões de acidentes de trabalho. Doenças do trabalho nem sabemos exatamente quantas são. Mortes e incapacidades permanentes são dezenas de milhares. Em 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em conjunto com o IBGE, revelou uma realidade aterradora. Se o número de acidentes dos trabalhadores com carteira assinada já era assustador (mais de 700 mil por ano), a PNS revelou que quase 5 milhões de pessoas haviam se acidentado no trabalho, uma ou mais vezes, nos 12 meses anteriores à pesquisa. Isso sem contar os acidentes de trânsito que, como sabemos, são na maioria das vezes acidentes de trabalho. Não existe nenhum problema de saúde no planeta que chegue perto desses números inacreditáveis. No entanto, a preocupação do SUS continua sendo apenas notificar. Muitos dos 210 Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador) brasileiros têm como sua principal atividade a notificação de acidentes. É claro que é importante notificar e aprimorar a informação. Mas só notificar? De que adianta isso? É preciso que se crie um exército de indignados com essa situação e que todos aqueles que têm alguma responsabilidade na saúde pública brasileira vá para a rua para conter esse flagelo. Não adianta mais ficar gerando informações sem que elas possam provocar alguma reação do Estado brasileiro. A Vigilância em Saúde do Trabalhador, hoje, é uma política de Estado estratégica que deve ser rapidamente implementada, aprimorada e executada. Uma capacitação maciça de técnicos, fiscais e trabalhadores é uma estratégia que deve ser adotada urgentemente, para conter esse quadro dramático. Além disso, são muitas as medidas que devem ser tomadas. Assinalamos algumas: investigar as mortes no trabalho com a criação de comitês de investigação de óbitos em todos os estados brasileiros; rastrear e constituir grupos-tarefa para intervir nos setores produtivos que mais causam acidentes e doenças; estimular os movimentos sociais a pressionarem os parlamentos e os judiciários locais para que tomem posição sobre o problema; exigir das autoridades do executivo da saúde que assumam uma postura ética e de obediência à Constituição Federal/88; municiar a imprensa e as mídias em geral permanentemente com notícias sobre esse descalabro; envolver os aparelhos públicos de formação e educação nessa guerra. Sim, porque, a rigor, estamos no meio de uma guerra. Quando os próprios capitalistas da Revolução Industrial viram que o trabalho estava levando a vaca para o brejo, eles mesmos tomaram uma atitude e inventaram leis de "proteção à saúde". E agora, vamos ficar esperando que os novos capitalistas, os que ainda estão soltos, tomem uma atitude? É hora de fazer muito mais do que apenas alguma coisa. É hora de fazer o máximo possível....■ ■ ■

"Muitos dos 210 Cerest (Centros de Referência de Saúde do Trabalhador) brasileiros têm como sua principal atividade a notificação de acidentes. É claro que é importante notificar e aprimorar a informação. Mas só notificar? De que adianta isso?"

A fala da Saúde do Trabalhador

Gláucia Ieno e Tereza Mitsunaga

Duas médicas, duas amigas, duas mulheres obstinadas pela justiça social, duas guerreiras na defesa da saúde do trabalhador na Paraíba e no Brasil.

"...a maior descoberta foi que os primeiros que morriam eram as crianças, os filhos dos trabalhadores que eram roubados ali no seu trabalho e dos que ficavam desempregados..."

Gláucia, ainda na década de 1970, começa a trabalhar com o sindicalismo rural na região de Caaporã, litoral sul da Paraíba, onde ocorreram os primeiros conflitos de terra após 1964. "*...a gente participou de um grupo articulado por Dom José Maria Pires para dar assistência a algumas áreas da Arquidiocese da Paraíba e, nesse trabalho, tinha gente do desenvolvimento social, da saúde, de assistência técnica aos trabalhadores*". A partir do roçado comunitário, pensava-se em fazer uma devolução das terras arrendadas da Diocese, por processo participativo, aos trabalhadores. Numa região de muita pobreza e alta mortalidade infantil, a questão da saúde ganhou força. Os técnicos começaram a se articular com o grupo que queria derrubar os pelegos dos sindicatos rurais e a luta começou junto aos sindicatos de Caaporã e Pitimbu. Já com a efervescência das reformas sociais que o fim da ditadura militar prenunciava, os sindicatos propõem novos olhares para o modelo econômico e a questão da saúde. Propostas que prenunciavam o SUS, como as Ações Integradas de Saúde, a municipalização e o controle social começam a ser debatidas. Gláucia assinala que já então aparecia a questão da saúde do trabalhador (ST): "*...a gente começa a discutir com os trabalhadores a questão do direito à saúde, a saúde no município e aí a gente cria um grupo de trabalhadores que começa a ver seus próprios problemas*". Na época, Gláucia se aproxima de Tereza que trabalhava na Universidade Federal da Paraíba (UFPb) com o GESTAR (Grupo de Estudo Saúde e Trabalho Rural). Lá estavam: Anna Rita Pederneiras, Elizabeth Moreira, Ivan Targino, Ivo Brito, Maria Aparecida Silva, Fátima Lucena, Maria Helena Barros de Oliveira (hoje chefe do DIHS) e outros. Diz Gláucia: "*A gente começou a trabalhar especificamente o processo de trabalho da cana de açúcar vendo todas as etapas do processo, os adoecimentos e trabalhando a implantação dos serviços municipais para o atendimento dos trabalhadores. O desdobramento disso foi um diagnóstico de saúde, bem técnico, pois não havia dados em nenhum dos municípios*."

Tereza havia se formado em medicina pela USP (Universidade de São Paulo), em 1972, e sua especialização em pediatria não a impediu de, logo cedo, iniciar na ST. Seu contato com Francisco Lacaz, Herval Pina Ribeiro e Marcília Medrado foi determinante para seu percurso. "*Marcília estava fazendo um trabalho em Cubatão e, como eu era pediatra, ela me convidou para estudar a mortalidade perinatal articulada ao mundo do trabalho, relacionar a saúde da criança com essa questão e com a poluição*." Tereza continua: "*Trabalhando com Marcília, logo Herval me convidou para ir para o sindicato dos médicos que estava sendo chamado pelos trabalhadores ceramistas de Jundiaí, pois muitos sindicalizados tinham silicose. Lacaz também chegou e começou a trabalhar pela construção do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos de Saúde e dos Ambientes de Trabalho).*"

Na época, o Dr. Joaquim Junqueira, da ABPA, opinava sobre a criação de um órgão vinculado aos trabalhadores para estudar a questão dos ceramistas e de outras categorias, uma vez que não se podia contar com a FUNDACENTRO. Com a criação do Diesat, em 1980, órgão intersindical vinculado aos trabalhadores, Tereza participou do levantamento de informações que depois foram utilizadas no livro "**De que adoecem e morrem os trabalhadores**", de 1985, organizado por Herval e Lacaz e, até hoje, considerado um clássico da ST. Na época de construção do Diesat, Tereza participou de eventos com ceramistas de Jundiaí, metalúrgicos de Santos, de São Paulo e de Osasco (destaque para o sindicalista Carlos Aparício Clemente). Mesmo já inserida na ST, Tereza continuava como pediatra. Mas no convívio com a medicina social, inclusive como aluna de Cecília Donnangelo, Tereza via a pediatria com o olhar da ST: "*Os melhores estudos sobre desnutrição no Brasil são aqueles em que você estuda a família, a saúde da criança e a inserção do chefe de família no mundo do trabalho.*" Já na UFPb, inserida no grupo da saúde pública, Tereza começa a estudar, na linha da Medicina Social Latino-Americana (com destaque para Asa Cristina Laurel e Jaime Breilh), como a saúde da criança e a saúde da família estavam relacionadas à questão do trabalho. A pesquisa rural, junto com os sindicatos, aproxima definitivamente Tereza de Gláucia. Uma pergunta da pesquisa era 'como os canavieiros vão negociar em seu dissídio o ritmo da sua produção?' Gláucia observa o que eles 'descobriram': "*...os 'gatos', os administradores, os feitores roubavam no tamanho da vara, roubavam no peso da cana que os trabalhadores rurais cortavam...*". Essa realidade, até hoje, pouco mudou.

"Ficava evidente que os técnicos da saúde, para melhorarem as condições de saúde dos trabalhadores e de suas crianças, deveriam estreitar profundamente a sua relação com a luta sindical."

E a maior descoberta foi que os primeiros que morriam eram as crianças, os filhos dos trabalhadores que eram roubados ali no seu trabalho e dos que ficavam desempregados na entressafra. "*Você não tem desnutridos de 3º grau em filhos de pequeno produtor*", diz Tereza. Ficava evidente que os técnicos da saúde, para melhorarem as condições de saúde dos trabalhadores e de suas crianças, deveriam estreitar profundamente a sua relação com a luta sindical.

A omissão do Estado e dos governos da região deixava claro que os profissionais de saúde deviam assumir junto com os trabalhadores e os sindicatos aquela luta. Gláucia e Tereza lembram que após 1986, ambas na Universidade, levaram para a região de Caaporã a extensão universitária: o Estágio Rural, integrado ao currículo dos cursos da área de saúde e a Residência em Medicina Preventiva e Social, de caráter multiprofissional. Na região, pouco a pouco, implantava-se a municipalização dos serviços e foram capacitados os agentes de saúde, numa época em que ainda não havia a legislação do Programa dos Agentes e o da Saúde da Família. O primeiro serviço de ST municipal na Paraíba teve em Gláucia e Tereza suas mentoras... "*...uma das agentes de saúde depois fez a primeira especialização em ST lá na Universidade... nesse processo a gente reorganizou o Centro de Saúde... o sindicato que tinha sido capacitado auxiliava no trabalho materno-infantil... era tudo integrado ...atendimento, entrevistas, visita a campo para ver o processo de trabalho, tudo fazia parte de um processo único que ia sendo discutido dentro do sindicato e, no momento dos dissídios coletivos dos canavieiros, todos aqueles elementos que a gente levantava sobre saúde e trabalho eles se apropriavam para fazer as negociações.*"

A Engenharia de Produção da Universidade também participava. O retrospecto desses tempos deixa Gláucia à vontade para falar sobre um percurso que coloca a trajetória acadêmica como subordinada ao olhar sobre a realidade: "*A gente trabalhou à luz da epidemiologia social ... lendo coisas que chegavam às vezes por baixo do pano naquela época dura... lia os trabalhos do Sergio Arouca, ainda em Campinas, de Marília Bernardes Marques... a gente ia se virando porque era a questão da luta contra a ditadura, da luta por condições de vida e o compromisso com a transformação. Então, a gente misturava era tudo. Eu não sabia de nada praticamente. Politicamente a minha formação se deu no processo de conhecer a realidade brasileira e aí você vai tomando posição e afirmando seus princípios. Quando precisa a gente lê os textos acadêmicos para fazer um bom trabalho. O processo comigo foi assim, eu só estudo motivada pelo que a realidade me inspira.*"

"Politicamente a minha formação se deu no processo de conhecer a realidade brasileira e aí você vai tomando posição e afirmando seus princípios."

Tereza vai pelo mesmo caminho: "*...na pediatria, em contato com o pessoal da saúde pública, começo a pensar que não tinha informação sobre trabalho rural... na Universidade a gente começa a ver com quem pode contar... junta um grupo interdisciplinar e começa a pensar como é estudar a questão do trabalho e saúde não pegando só o trabalhador mas também a família. Quem são esses trabalhadores? P'ra isso você tem que estudar história, geografia, economia...ter uma teoria sobre isso... Então fizemos quase dois anos de aulas com Ivan Targino na economia, Vicente Faleiros nas políticas sociais... muita leitura para entender a questão da produção e o processo de reprodução social.*" Antes da 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), realizada em 1986, havia um Grupo de Estudos de Saúde do Trabalhador Rural (Gestar), da Universidade com os sindicatos rurais. Neste grupo, junto com a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), foi articulada a representação dos trabalhadores na 8ª CNS. Depois de várias reuniões, foram retiradas as propostas, baseadas no 4º Congresso Nacional da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), para serem levadas à 8ª CNS pelos delegados. Como nenhum dos sindicalistas quis ir à 8ª CNS, Gláucia e Maria Helena Barros de Oliveira foram escolhidas para representá-los.

"*Lá foi lindíssimo porque chegaram trabalhadores rurais de todo o Brasil e a gente conseguia no meio daquela loucura das votações, das discussões, quase toda noite naquele hotel chique onde o pessoal estava, reunir para ir avaliando as coisas e se posicionando em relação às votações. E foi assim um movimento muito interessante. Isso deu muita força p'ra gente na volta, para continuar nessa linha e ir afunilando na relação trabalho e saúde.*"

A partir do trabalho rural, começam a olhar outros setores - construção civil, têxtil, calçados. Chamam a Previdência Social, Trabalho e criam um Fórum. Diz Tereza: "*...começamos a organizar com o dinheiro que a gente tinha, que na verdade era do bolso dos técnicos, porque as instituições não colaboravam com nada.*" O Fórum era aberto e, para evitar conflito, cada reunião era num lugar diferente – sindicato, CUT, universidade, DRT, Previdência. Eram eventos de 150/200/300 pessoas. Depois veio o Ministério da Saúde e sempre havia pessoas vindas de fora, com o objetivo de construir a ST na Paraíba. Os trabalhadores definiam o tema que queriam discutir no Fórum. Foram várias temáticas, inclusive trazendo figuras como Antonio Rebouças, advogado do Diesat.

"*Rebouças não só veio para o Fórum como a gente também concluiu que tinha que trabalhar com a Faculdade de Direito. Ele vai lá comigo e a gente consegue que lá dentro seja criado um atendimento aos trabalhadores.*" Gláucia e Tereza também organizaram o CERESAT (Centro de Referência de Saúde do Trabalhador) no Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva e o PROSAT (Programa de Saúde do Trabalhador) no Hospital Universitário/UFPb, referências demandadas pelos trabalhadores do Fórum. Em 1995, com Emília Moreira, produzem o relatório "**Os Caras-Pintadas de Suor e de Fuligem da Cana**", sobre trabalho infanto-juvenil na cana de açúcar. Fazem capacitações curtas, de 20/30h e quando criaram a especialização em ST foi uma espécie de coroamento. "*A gente que atendia o trabalhador parecia que já conhecia a fábrica sem nunca ter entrado lá. Com a descrição deles, a gente desenhava o layout, conhecia o processo de trabalho e mentalizava como se a gente estivesse lá com eles. Era interessantíssimo. E aí a gente viu o que estava acontecendo no setor têxtil, calçadista, telefonia, comércio, hotel, gás.*" Certa ocasião começou a chegar no ambulatório um grande número de trabalhadores da Brasil Gás. O gás chegava no Porto de Cabedelo e lá era engarrafado. Não tinha nada mecanizado. Todo mundo tinha hérnia de disco. Todos com dores. Com a articulação intersetorial, Gláucia e Tereza, junto com os trabalhadores, faziam com que o município assumisse os casos. Assinalam que é o próprio trabalhador quem estrutura o seu atendimento no município, e é ele que é estruturante da própria rede de ST. Foi interessantíssimo porque um serviço de referência da universidade se articula com o município e estimula o município a organizar sua rede para atender os trabalhadores. Reiteram a necessidade de descentralização do serviço de ST, com ênfase na atenção básica e não pelo Cerest. "*É o que a gente sempre defendeu. Porque no fim, o Cerest se desvincula da rede e fica burocratizado, não tem contato real com as demandas da saúde do trabalhador, se não estiver fazendo vigilância, se não for alimentado pela vigilância.* ***Porque organizar dados e não demandar para o planejamento local não vai adiantar nada nunca! Os Cerest devem ir no seu território e olhar. Quais são os processos produtivos, quais são as necessidades dos trabalhadores*" ... ■ ■ ■**

Gláucia Luna Ieno é médica, formada na UFPb, em 1976, especialista em Medicina Preventiva e Social (Fiocruz/UFPb), em Planejamento em Saúde (Fiocruz) e mestre em Ciências Sociais ((UFPb).
Tereza Mitsunaga Kulesza é médica, formada na USP, em 1972, especialista em Saúde do Trabalhador (Cesteh/ENSP/Fiocruz) e mestre em Ciências Sociais (UFPb).

[entrevista concedida a Jacqueline Caldas, Luciene Aguiar e Luiz Carlos Fadel – 03/12/2015 – João Pessoa – Paraíba]

Saúde dos Trabalhadores: uma questão para além de um campo de estudo/intervenção

Diego de Oliveira Souza

artigo do mês

Rotineiramente, as expressões "questão da saúde dos trabalhadores" e "campo da Saúde do Trabalhador" são utilizadas como equivalentes. Gostaríamos de destacar que "questão" e "campo" possuem uma íntima relação, mas não têm absoluta identidade. A "questão" diz respeito ao conjunto de problemas e processos que repercutem na saúde dos trabalhadores, apresentando caráter eminentemente social/coletivo, embora possua uma importante faceta biopsíquica/individual. São problemas e processos enraizados na forma de trabalho que se estabeleceu a partir da consolidação do modo de produção capitalista; uma forma de trabalho que, contraditoriamente, produz riqueza material em proporções nunca antes vistas, ao mesmo tempo em que degrada os trabalhadores, que produzem diretamente esta riqueza, também em patamares nunca antes vistos. Por esta natureza social (contraditória), a "questão" demanda respostas permeadas por interesses diversos. Ao longo da história têm prevalecido as respostas dadas pela Saúde Ocupacional (com raízes na Medicina do Trabalho), cuja origem parte das necessidades dos próprios capitalistas, com o objetivo de tornar a ocupação minimamente saudável, possibilitando que a força de trabalho seja, efetivamente, produtiva. Nesse contexto, a saúde dos trabalhadores deve ser garantida apenas para assegurar a reprodução do capital. O "campo da Saúde do Trabalhador", por sua vez, surge, a partir das lutas dos próprios trabalhadores, ao se organizarem para enfrentar a "questão", com destaque para o movimento operário italiano, nos anos 1960/70. Diferencia-se da Saúde Ocupacional, em especial, por questionar a delegação da saúde dos trabalhadores ao patronato, representado por profissionais de saúde a seu serviço. Reúne um coletivo de sujeitos (profissionais de saúde, trabalhadores, militantes em geral) que constatam e denunciam o caráter degradante do modo de produção capitalista para com a saúde dos trabalhadores, colocando, portanto, a necessidade de questioná-lo, juntamente com sua concepção de saúde como mero fator de produtividade. Coloca-se, desta forma, a necessidade da construção de um modelo de intervenção que seja para (e dos) trabalhadores! Com efeito, a "questão" antecede e demanda o surgimento do "campo", não podendo, desta maneira, ser compreendida como algo restrito ao mesmo. O "campo" representa uma arena de sujeitos que se debruçam sobre a "questão", tomando-a como objeto de estudo/intervenção. Obviamente, ao fazerem isto, interferem na dinâmica da mesma, mas, ainda que exista uma relação de determinação recíproca, a "questão" extrapola os limites do "campo", podendo e devendo ser objeto de estudo/intervenção de outros campos, em diferentes perspectivas. Entre os campos necessários para analisar, refletir e enfrentar o que está envolvido na "questão", destacamos a filosofia, a economia política, o direito e o conjunto das ciências sociais e humanas. Diante disso, a "questão" não é uma "invenção" de nenhum campo, ao contrário, ela é produzida em meio às relações sociais de produção, demandando respostas calcadas em diferentes propostas, nos diversos campos. Portanto, enfatizamos a necessidade de o "campo da Saúde do Trabalhador" não tomar a "questão" como uma criação própria, como um objeto de intervenção exclusivamente seu, mas, ao contrário, estudar e intervir sobre a "questão" a partir dos trabalhadores, contra a exploração que sofrem. Este deve ser o horizonte do "campo", uma vez que a saúde dos trabalhadores, para além de um campo de estudo/intervenção, deve ser compreendida como uma questão de (luta de) classe.

"...têm prevalecido as respostas dadas pela Saúde Ocupacional ... cuja origem parte das necessidades dos próprios capitalistas, com o objetivo de tornar a ocupação minimamente saudável, possibilitando que a força de trabalho seja, efetivamente, produtiva."

Como toda luta, o enfrentamento da "questão" pressupõe movimento. Precisamos nos mover, conjugar esforços de todos os preocupados com a "questão", na perspectiva pró-trabalhadores, na construção de estratégias que possibilitem, sem negar o aqui e agora, vislumbrar uma perspectiva futura mais ampla. Isto inclui os que estão dentro e os que estão fora do "campo", inclui, sobretudo, os próprios trabalhadores, enquanto protagonistas. É preciso que este sujeito coletivo problematize a "questão" a partir das variadas realidades particulares, mas fazendo de cada processo particular algo compreensível à luz da luta geral contra o capital. Esse processo de luta pressupõe ocupar os espaços formais, como os historicamente reivindicados pelo "campo", entre os quais se destaca a saga pela implementação de uma política nacional de saúde para os trabalhadores, mas sobretudo criar novos espaços, que não façam parte do jogo burguês, com suas cartas marcadas, abrindo a possibilidade, desta forma, de enfrentar o capital, portanto, a "questão", pela raiz.

■ ■ ■

Diego de Oliveira Souza é professor da Universidade Federal de Alagoas e sua tese de doutorado discute a saúde dos trabalhadores, na perspectiva marxista-ontológica.

Saúde dos bancários – uma luta incessante

MAZOLA BARRETO de LIMA

PERFIL

Mazola é assessor da Secretaria de Políticas Sociais e membro da Comissão de Saúde dos Empregados do Sindicato dos Bancários e Financiários do Município do Rio de Janeiro.

Na década de 1970 Mazola fazia parte do Sindicato dos Bancários, como ativista sindical. No período, o sindicato estava sob intervenção da ditadura militar. Durante a redemocratização do país, participou intensamente da campanha das Diretas-Já e do movimento da primeira greve dos bancários, quando houve conquistas importantes para a categoria. Os acordos coletivos, que antes eram regionalizados, passaram a ser de âmbito nacional. Outra conquista importante foi a inclusão na Convenção do Sindicato de cláusulas relacionadas à saúde do trabalhador como o combate à Ler/Dort e ao assédio moral.

Entretanto, Mazola observa que ainda há o desafio de se fazer cumprir essas cláusulas e assegurar o direito à saúde dos trabalhadores. Diz Mazola: "*Os trabalhadores quando chegam ao sindicato já apresentam estágio avançado no seu processo de adoecimento por conta das questões de trabalho, das perseguições, de assédio moral e sexual*".

Os sindicatos que tiveram sua origem na década de 1980, eram considerados sindicatos de resultado, ou seja, realizavam ações para conquistar coisas pontuais, sem empreender a luta mais global contra a exploração.

No momento atual, Mazola percebe que esses sindicatos de resultados se institucionalizaram. Nos acordos não buscam mais o enfrentamento para o desenvolvimento de políticas de prevenção de acidentes ou de questões relacionadas ao processo de adoecimento do trabalhador. De um modo geral, "*as pessoas que fazem parte do sindicato, procuram a sua estabilidade para permanecerem nos seus empregos e não se envolvem nos enfrentamentos necessários*".

[entrevista concedida a Danielle Barata e Simone Ricart]

"Os trabalhadores quando chegam ao sindicato já apresentam estágio avançado no seu processo de adoecimento por conta das questões de trabalho, das perseguições, de assédio moral e sexual".

Em relação ao Fórum Intersindical de Saúde-Trabalho-Direito, Mazola acredita que se retoma o trabalho realizado na década de 1980. "*Vislumbro que teremos avanços importantes no sentido de instrumentalizar os sindicatos e incentivar que eles façam o trabalho de forma mais organizada com base em pesquisas e conhecimento.*" Mazola acredita que a inclusão de diferentes facetas: a científica, a pesquisa de campo e, principalmente, as experiências das pessoas, técnicos das instituições acadêmicas e dos Cerest e os trabalhadores pode oferecer um suporte plausível para que os sindicalistas possam atuar de forma mais efetiva na área da Saúde do Trabalhador. ■ ■ ■

Roteiro para funcionamento dos Grupos de Trabalho (GT)

Os GT do Fórum são organizados sob a forma de câmaras técnicas para a discussão entre os seus participantes, nas vertentes de ensino, pesquisa e ação de vigilância. Os GT para funcionarem deverão ter como membros participantes representantes dos 3 segmentos: academia, serviço e sindicato. Cada GT terá, no período de instalação um facilitador, vinculado à Fiocruz, de modo a garantir sua logística inicial. À medida que o GT se consolidar será designado, por decisão de seus membros componentes, um coordenador e um suplente. As reuniões de cada GT serão agendadas de comum acordo entre seus membros. Espera-se entre as ações de cada um dos GT, com ênfase no seu eixo temático, propor e participar da execução de: debates, seminários, oficinas, reuniões técnicas, cursos de capacitação, laudos, pareceres, solicitação de audiências públicas e de inquéritos civis, pesquisas de saúde do trabalhador nas categorias interessadas e, entre outras, ações de vigilância em ST. As decisões e atividades propostas pelo GT serão levadas como Informe para cada reunião ordinária do Fórum. São propostos inicialmente os seguintes GT: 1 – LER/DORT (Renato Bonfatti); 2 – Mulher e Trabalho (Luciene); 3 – Saúde Mental e Assédio Moral (Jacqueline); 4 – Acordo e Negociação Coletiva (Fadel).

INFORMES

A próxima reunião do Fórum Intersindical de Formação em Saúde - Trabalho - Direito (FIS) será no dia **29/01/2016**, 6ª feira, de 09 às 13:00h no DIHS/ENSP - Prédio da Expansão da FIOCRUZ, localizado na Av. Brasil, nº 4036, sala 905, Manguinhos - Rio de Janeiro.

O Fórum é uma iniciativa conjunta de várias instituições acadêmicas, sindicatos de trabalhadores e dos Cerest (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), aberto à participação de todos os interessados nas temáticas abordadas e na luta pela saúde do trabalhador.

Nesta próxima reunião teremos uma oficina temática sobre LER/DORT, conduzida pelo Professor Renato Bonfatti e aberta a todos os interessados.

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GT) do Fórum continuam abertos para inscrições e adesões. Os eixos temáticos propostos inicialmente são: **LER/DORT**; **Saúde Mental e Assédio Moral**; **Acordo e Negociação Coletiva**; e **Mulher e Trabalho**. Este último já teve sua primeira reunião em 27/11/2015, em que foi decidido discutir o 'assédio sexual no trabalho da mulher'.

Os GT visam a preparação de debates, seminários, oficinas, reuniões técnicas, cursos de capacitação, solicitação de audiências públicas e de inquéritos civis e outras demandas identificadas pelo grupo e aprovadas em reunião ordinária do FIS.

O Fórum pelo Brasil

A iniciativa de criação do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito de formação para a ação em saúde do trabalhador chegou nos Estados da Paraíba e do Mato Grosso em dezembro de 2015.

Em 04/12/2015, em João Pessoa, ocorreu o Seminário dos Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador e a proposta de criação do Fórum no Estado da Paraíba, articulado pelos Cerest Estadual e Regional de João Pessoa e pelo FórumRJ.

Em 17/12/2015, na Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso, como atividade de formação dos multiplicadores de Vigilância, ocorreu a primeira reunião para formação do Fórum, com a participação de diversos sindicatos de trabalhadores, representantes da academia, dos Cerest e da gestão local/regional do SUS. Na ocasião, também ocorreu o I Seminário de Vigilância em Saúde do Trabalhador e de Participação do Controle Social nos Processos de Trabalho da Construção Civil e Pesada em MT.

Coordenação:
Ana Paula Bragança (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)
Jacqueline Wilhem Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)
Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036 sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro – RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com